













**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

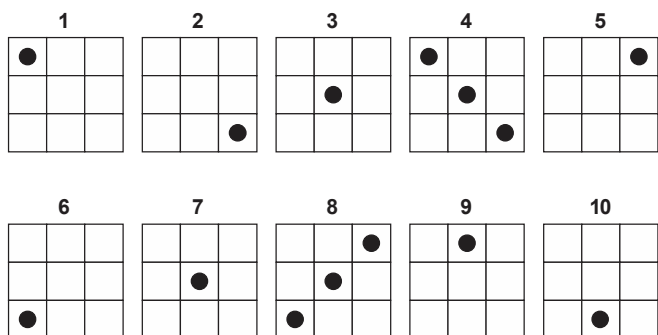
21. A sequência de números a seguir foi criada com um padrão lógico.

1; 2; 2; 3; 3; 3; 4; 4; 4; 4; 5; 5; 5; 5; 5; 6; 6; 6; 6; 6; 6; 7; 7; ...

A soma de uma adição cujas parcelas são o 7º, 11º, 27º e o 29º termos dessa sequência é igual a

- (A) 31.
- (B) 42.
- (C) 24.
- (D) 32.
- (E) 17.

22. Considere as figuras abaixo:



Seguindo o mesmo padrão de formação das dez primeiras figuras dessa sequência, a décima primeira figura é

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

23. Não gosto de ficar em casa e vou ao cinema todos os dias.

Do ponto de vista lógico, uma afirmação que corresponde a uma negação dessa afirmação é:

- (A) Não gosto de sair de casa e não vou ao cinema todos os dias.
- (B) Vou ao cinema todos os dias e gosto de ficar em casa.
- (C) Não vou ao cinema todos os dias ou não gosto de ficar em casa.
- (D) Se não gosto de ficar em casa, então vou ao cinema todos os dias.
- (E) Gosto de ficar em casa ou não vou ao cinema todos os dias.

24. Ou como macarronada ou como arroz e feijão. Se estou com muita fome, então como arroz e feijão. Se não estou com muita fome, então como saladas. Hoje, na hora do almoço, não comi saladas.

A partir dessas informações, pode-se concluir corretamente, que hoje, na hora do almoço,

- (A) não estava com muita fome.
- (B) não comi arroz e feijão.
- (C) comi saladas no jantar.
- (D) comi arroz e feijão.
- (E) comi macarronada.

25. Em uma oficina de automóveis há mecânicos, eletricitas e lanterneiros. São 7 os mecânicos que podem atuar como eletricitas, mas não como lanterneiros. São 4 os mecânicos que podem atuar também nas outras duas funções. Aqueles que atuam apenas como eletricitas e apenas lanterneiros são, respectivamente, 3 e 1 funcionários. Nessa oficina são ao todo 20 pessoas que exercem uma, duas ou três dessas funções. Dessas 20 pessoas, aquelas que não foram descritas anteriormente atuam apenas como mecânicos. Desse modo, o número de funcionários que podem exercer a função de mecânico supera o número daqueles que podem exercer a função de lanterneiro em

- (A) 4.
- (B) 9.
- (C) 2.
- (D) 11.
- (E) 0.



### Noções de Gestão Pública

26. A Resolução nº 70/2009 dispõe exatamente sobre
- (A) o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
  - (B) o Planejamento Estratégico no âmbito do Poder Judiciário.
  - (C) a Gestão Estratégica no TRT.
  - (D) a Coordenação do Planejamento Estratégico – PE pelo Poder Público.
  - (E) a Administração Estratégica que os presidentes de TRT devem realizar.
- 
27. O anexo I da resolução nº 70/2009 sintetiza os componentes: Missão, Visão, Atributos de Valor e Objetivos Estratégicos distribuídos em 8 temas nos quais constam:
- I. Orçamento; Infraestrutura e Tecnologia; Gestão de Pessoas.
  - II. Eficiência Operacional; Acesso ao Sistema de Justiça; Responsabilidade Social.
  - III. Atuação Institucional; Alinhamento e Integração; Indicadores Estratégicos.

Está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
  - (B) I, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) I, II e III.
- 
28. Conforme Resolução 70/2009, os planejamentos estratégicos conterão objetivo estratégico, metas, indicador de resultado, projetos e ações. Para tanto, no capítulo VI-Disposições Finais, está estabelecido que:
- I. A Presidência do CNJ instituirá e regulamentará Comitê Gestor Nacional.
  - II. O Comitê Gestor Nacional auxiliará as atividades de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário.
  - III. O Comitê Gestor será coordenado pelo presidente da Comissão de Estatística e Gestão Estratégica.

Está correto o que consta em

- (A) II, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) I, II e III.
- 
29. A tabela abaixo apresenta o objetivo estratégico e o tema, conforme Resolução 70/2009. Estabeleça corretamente a correlação entre as colunas:

Coluna	OBJETIVO ESTRATÉGICO	Coluna	TEMA
A	Promover a efetividade no cumprimento das decisões	I	Atuação Institucional
B	Promover a cidadania	II	Eficiência Operacional
C	Aprimorar a comunicação com o Público Externo.	III	Responsabilidade Social
D	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	IV	Acesso ao Sistema de Justiça

Está correta a correlação demonstrada em:

- (A) A-IV; B-III, C-I; D-II.
  - (B) A-I; B-II; C-III; D-IV.
  - (C) A-III; B-I; C-IV; D-II.
  - (D) A-II; B-III; C-I; D-IV.
  - (E) A-II; B-IV; C-III; D-I.
- 
30. “Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhados à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando a resultados de curto, médio e longo prazos (continuidade)” é um dos Objetivos Estratégicos de determinado tema, estabelecidos na Resolução 70/2009. Uma das Ações Sugeridas para o alcance desse Objetivo é:
- (A) Fomentar política de gestão documental com foco na modernização de arquivos e na preservação da memória do Judiciário.
  - (B) Implantar escritório de projetos subordinado à unidade de gestão estratégica.
  - (C) Acompanhar e avaliar a eficácia de treinamentos por intermédio de pesquisas e índice.
  - (D) Desenvolver plano de comunicação interna sobre a estratégia para explicar o papel de cada servidor no alcance dos objetivos e os benefícios de sua implementação.
  - (E) Dotar as unidades judiciárias de estrutura física e tecnológica adequada e proporcional à demanda.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Nos termos preconizados pela Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- (A) fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
  - (B) fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
  - (C) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros.
  - (D) conceder anistia.
  - (E) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
32. Mário é Juiz do Tribunal de Justiça do Maranhão, ocupando atualmente o cargo de Juiz Titular de determinada Vara Cível da Comarca de São Luís, figurando como o Magistrado mais antigo na Lista de Antiguidade na sua entrância. Aberto concurso de promoção para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão pelo critério de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto
- (A) fundamentado de no mínimo dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa.
  - (B) fundamentado da maioria simples de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa.
  - (C) de no mínimo dois terços de seus membros, mediante procedimento próprio e com voto secreto.
  - (D) fundamentado de no mínimo metade de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa.
  - (E) da maioria simples de seus membros, mediante procedimento próprio e com voto secreto.
33. De acordo com a Constituição Federal, haverá um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal, composto de sete membros. Na sua composição, quatro de seus sete membros serão nomeados mediante eleição pelo voto secreto, sendo
- (A) dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça e dois juízes federais, dentre juízes federais, escolhidos pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região.
  - (B) três juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça e um juiz, dentre juízes de direito, escolhido pelo Tribunal de Justiça.
  - (C) dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça e dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça.
  - (D) três juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça e um juiz federal, dentre juízes federais, escolhido pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região.
  - (E) dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça, um juiz, dentre juízes de direito escolhido pelo Tribunal de Justiça, e um juiz federal, dentre juízes federais, escolhido pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região.
34. Paulo é servidor público do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e conta com vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público. Nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, para se aposentar voluntariamente com proveitos proporcionais ao tempo de contribuição, Paulo deverá ter, no mínimo,
- (A) 65 anos de idade e ter cumprido pelo menos cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
  - (B) 60 anos de idade e ter cumprido pelo menos cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
  - (C) 65 anos de idade e ter cumprido pelo menos dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
  - (D) 60 anos de idade e ter cumprido pelo menos dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
  - (E) 55 anos de idade e ter cumprido pelo menos cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
35. Nos termos preconizados pela Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça será composto, dentre outros membros, por um
- (A) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho indicado pelo Presidente da República.
  - (B) juiz federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (C) juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (D) juiz do trabalho, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - (E) juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
36. Rômulo, brasileiro nato, com vinte anos de idade completados neste ano de 2014, empresário, residente na cidade de São Luís, filiado a determinado partido político, pretende concorrer a um cargo político no pleito eleitoral deste ano de 2014. Nos termos preconizados pela Constituição Federal, havendo eleições este ano para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, Rômulo
- (A) poderá concorrer aos cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Vice-Governador e Senador, apenas.
  - (B) poderá concorrer ao cargo de Deputado Estadual, apenas.
  - (C) poderá concorrer aos cargos de Deputado Estadual e Deputado Federal, apenas.
  - (D) não poderá concorrer a nenhum cargo.
  - (E) poderá concorrer a todos os cargos.





<p>37. Considere as seguintes atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.</li> <li>II. Fixar os subsídios dos Ministros de Estado, observadas as demais normas constitucionais.</li> <li>III. Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.</li> <li>IV. Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.</li> </ul> <p>De acordo com o disposto na Constituição Federal, é competência exclusiva do Congresso Nacional, dentre outras, as atribuições indicadas APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) I, II e III.</li> <li>(B) II e III.</li> <li>(C) II, III e IV.</li> <li>(D) I e IV.</li> <li>(E) II e IV.</li> </ul>	<p>40. Luísa, candidata a uma vaga de concurso público, em seu exame oral, foi questionada pelos examinadores acerca da classificação dos órgãos públicos, especificamente quanto à posição estatal, devendo exemplificar os órgãos públicos superiores. Luísa forneceu cinco exemplos de órgãos públicos superiores, equivocando-se acerca de um deles, qual seja,</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) Divisões.</li> <li>(B) Departamentos.</li> <li>(C) Ministérios.</li> <li>(D) Coordenadorias.</li> <li>(E) Gabinetes.</li> </ul>
<p>38. Matheus, servidor público, concedeu benefício administrativo sem a observância das formalidades legais aplicáveis à espécie e foi condenado por improbidade administrativa, tendo em vista o cometimento de ato ímprobo causador de lesão ao erário. A propósito do tema, considere as afirmativas abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. Comporta a medida de indisponibilidade de bens.</li> <li>II. Não tem como uma de suas sanções a condenação em multa civil.</li> <li>III. Admite conduta culposa.</li> <li>IV. Não atinge, em qualquer hipótese, o sucessor do agente ímprobo.</li> </ul> <p>Nos termos da Lei nº 8.429/1992 e tendo em vista as características e peculiaridades do ato ímprobo cometido por Matheus, está correto o que consta APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) I e IV.</li> <li>(B) I, II e III.</li> <li>(C) II e IV.</li> <li>(D) II, III e IV.</li> <li>(E) I e III.</li> </ul>	<p>41. Ao praticar um ato administrativo, José, servidor público, intencionalmente assim o fez com finalidade diversa da prevista em lei, prejudicando inúmeros administrados. Quinze dias após a prática do ato, José, arrependido do ocorrido, decide revogar o ato administrativo. A propósito dos fatos narrados, é correto afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) A revogação é possível, mesmo tendo o ato vício de finalidade.</li> <li>(B) Trata-se de hipótese de anulação do ato administrativo e não de revogação.</li> <li>(C) O correto seria José convalidar o ato.</li> <li>(D) O ato em questão não pode mais ser extirpado do mundo jurídico, tendo em vista o lapso temporal transcorrido.</li> <li>(E) O ato em questão pode ser extirpado do mundo jurídico, tanto por anulação quanto por revogação.</li> </ul>
<p>39. Tibério, Governador de determinado Estado brasileiro, foi condenado às seguintes sanções pelo cometimento de ato ímprobo: ressarcimento de dano e perda de valores acrescidos ilícitamente ao seu patrimônio. Após a condenação tornar-se definitiva, o Ministério Público requereu a execução do julgado, a fim de serem aplicadas as sanções. No entanto, o juiz responsável pelo processo indeferiu o requerimento, sob o fundamento de que a aplicação das sanções dependeria da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal de Contas, o que ainda não havia ocorrido. A postura do magistrado está</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) incorreta, haja vista tratar-se de Governador de Estado.</li> <li>(B) correta, haja vista tratar-se de Governador de Estado.</li> <li>(C) correta, pois, em razão da natureza das sanções impostas a Tibério, é necessária a aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal de Contas, antes de serem aplicadas.</li> <li>(D) incorreta, pois a aplicação de quaisquer das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal de Contas.</li> <li>(E) incorreta, pois tal requisito só se faz necessário para a aplicação da sanção de perda da função pública.</li> </ul>	<p>42. Em julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, a Corte Suprema firmou entendimento no sentido de que assessor de Juiz ou de Desembargador tem incompatibilidade para o exercício da advocacia. Ao fundamentar sua decisão, a Corte explanou que tal incompatibilidade assenta-se, sobretudo, em um dos princípios básicos que regem a atuação administrativa. Trata-se do princípio da</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) supremacia do interesse privado.</li> <li>(B) publicidade.</li> <li>(C) proporcionalidade.</li> <li>(D) moralidade.</li> <li>(E) presunção de veracidade.</li> </ul> <p>43. Francisco é servidor de sociedade de economia mista, prestadora de serviço público. Em determinada data, Francisco, no exercício de sua função, intencionalmente, causou danos a particulares. Nesse caso, a responsabilidade da sociedade de economia mista pelos danos ocasionados é</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) objetiva.</li> <li>(B) subjetiva.</li> <li>(C) subsidiária.</li> <li>(D) inexistente.</li> <li>(E) disjuntiva.</li> </ul> <p>44. Um particular questionou a atuação da Administração pública, tendo em vista a inobservância de um dos princípios basilares dos serviços públicos, justificando não ter havido urbanidade na prestação do serviço. Trata-se do princípio da</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) continuidade.</li> <li>(B) modicidade.</li> <li>(C) universalidade.</li> <li>(D) mutabilidade.</li> <li>(E) cortesia.</li> </ul>



45. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) trata da importância da apresentação da declaração de bens e valores pertencentes ao patrimônio privado do agente público. De acordo com a referida lei, trata-se de condição para
- (A) a nomeação e a posse.  
(B) a posse, apenas.  
(C) o exercício, apenas.  
(D) a nomeação, apenas.  
(E) a posse e o exercício.
46. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho “*poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias*”. Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, fará o trabalhador jus ao pagamento
- (A) das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da sua efetiva realização.  
(B) das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.  
(C) de uma indenização relativa à média das horas extras prestadas acrescidas de 50%.  
(D) de uma indenização relativa à média das horas extras prestadas acrescidas de 25%.  
(E) de uma indenização apenas relativa à média das horas extras prestadas.
47. Por meio de acordo escrito, a empresa X acordou com seus empregados, cuja jornada é de 8 horas diárias, que o intervalo para repouso e alimentação será de 1 hora e cinquenta minutos. Carmelita, sócia da empresa, indagou ao departamento jurídico da empresa, afirmando que o horário de intervalo intrajornada não poderia ultrapassar 1 hora por dia. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Carmelita está
- (A) correta, uma vez que, o acordo celebrado pelos funcionários não possui validade porque não foi estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho.  
(B) incorreta, uma vez que o intervalo para refeição e descanso não poderá ultrapassar uma hora e trinta minutos.  
(C) incorreta, uma vez que o referido diploma legal está sendo respeitado.  
(D) correta, uma vez que, em qualquer hipótese, o intervalo para repouso e alimentação não poderá ultrapassar uma hora.  
(E) correta, uma vez que o intervalo para repouso e alimentação somente poderá ser negociado para redução e não para o aumento dos sessenta minutos diários.
48. Considere as seguintes hipóteses:
- I. Falta ao serviço não justificada por cinco dias corridos em razão do matrimônio.  
II. Falta ao serviço não justificada por até três dias consecutivos em razão do falecimento de irmão.  
III. Gozo de férias.  
IV. Licença de empregado para atuação como conciliador em Comissão de Conciliação Prévia.
- Caracterizam hipóteses de interrupção do contrato de trabalho, as indicadas APENAS em
- (A) I e II.  
(B) I, III e IV.  
(C) III e IV.  
(D) II e IV.  
(E) I, II e III.
49. Considere a seguinte hipótese: a Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa Z é composta por seis membros, possuindo mais seis suplentes. Dentre seus membros, metade foi indicada pelo empregador e a outra metade foi eleita pelos empregados, em escrutínio secreto. O mandato de seus membros é de um ano, permitida uma recondução. Neste caso, a Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa Z é
- (A) regular porque respeita as normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.  
(B) irregular porque possui um número de membros maior que o permitido pela Consolidação das Leis do Trabalho.  
(C) irregular porque possui um número de membros menor que o limite mínimo previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho.  
(D) irregular porque apenas dois membros poderão ser indicados pelo empregador.  
(E) irregular porque, no tocante ao mandato de seus membros, a Consolidação das Leis do Trabalho veda a recondução.
50. Vera, empregada da empresa “A”, estando atolada em dívidas, informou levemente a seu superior hierárquico que havia mudado de residência, apresentando novo comprovante falso, visando receber maiores vantagens a título de vale-transporte. A empresa “A” descobriu a atitude de sua empregada e rescindiu o seu contrato de trabalho por justa causa, em razão da prática de falta grave caracterizada por
- (A) desídia.  
(B) ato de incontinência de conduta.  
(C) desídia e insubordinação.  
(D) ato de improbidade.  
(E) ato de indisciplina.



51. No tocante às Convenções Coletivas de Trabalho, considere:

- I. Os Sindicatos só poderão celebrar Convenções Coletivas de Trabalho por deliberação de Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, consoante o disposto nos respectivos Estatutos, dependendo a validade desta do comparecimento e votação, em primeira convocação, de um terço dos associados da entidade.
- II. As Convenções e os Acordos entrarão em vigor dez dias após a data da entrega da documentação exigida para tal fim no órgão competente.
- III. O prazo máximo para estipular duração de Convenção Coletiva é de três anos, permitida uma única renovação dentro deste período.
- IV. O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial de Convenção ficará subordinado à aprovação de Assembleia Geral dos Sindicatos convenientes.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) III.
- (C) I, II e III.
- (D) I e IV.
- (E) IV.

52. O posto de gasolina "C" possui empregados que recebem adicional de periculosidade. Este adicional é pago na proporção de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros do posto. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o adicional de periculosidade

- (A) está sendo pago corretamente.
- (B) deveria ser pago na base de 35% sobre o salário sem acréscimos.
- (C) deveria incidir com os acréscimos resultantes de gratificações.
- (D) deveria incidir com os acréscimos resultantes de prêmios.
- (E) deveria incidir na base de 35% sobre o salário mínimo.

53. A Consolidação das Leis do Trabalho e a Constituição Federal são fontes

- (A) autônomas.
- (B) heterônimas.
- (C) heterônima e autônoma, respectivamente.
- (D) autônoma e heterônima, respectivamente.
- (E) extraestatais.

54. Na audiência, após o depoimento pessoal das partes, a oitiva das testemunhas e o encerramento da instrução processual, o Juiz, na mesma oportunidade, proferiu sentença, julgando procedente em parte a reclamação. As partes saíram intimadas. Sabendo-se que a audiência ocorreu no dia 01/11, uma 5ª feira e que dia 02/11 é feriado, bem como que o prazo para interposição de recurso ordinário é de oito dias, é correto afirmar que a data final para interposição da medida processual é

- (A) 09 de novembro.
- (B) 08 de novembro.
- (C) 13 de novembro.
- (D) 07 de novembro.
- (E) 12 de novembro.

55. No tocante à produção de provas no processo do trabalho, é correto afirmar que:

- (A) Somente no rito ordinário, e não no sumaríssimo, existe a possibilidade de requerimento pelas partes, se for o caso, de condução coercitiva de suas testemunhas.
- (B) Com a revelia da reclamada e aplicação da confissão quanto à matéria de fato, o pedido de insalubridade requerido na inicial será julgado procedente, dispensando obrigatoriamente o Juiz a realização de prova pericial para sua apuração.
- (C) No rito ordinário é facultado a cada uma das partes a indicação de até três testemunhas; já no inquérito para apuração de falta grave, o número de testemunhas será de seis para cada parte.
- (D) As testemunhas, que forem depor em Juízo e apresentarem o devido Atestado de Comparecimento à empresa em que trabalham, poderão sofrer desconto do dia.
- (E) No rito sumaríssimo, tendo em vista a celeridade processual, é proibida a produção de prova técnica, sendo que a parte deverá escolher o rito ordinário se tiver intenção de produzi-la para embasar seus pedidos.

56. No processo do trabalho, a liquidação da sentença é um aperfeiçoamento da sentença de conhecimento que, em sendo ilíquida, deverá o juiz ordenar previamente sua liquidação. As formas previstas na CLT de liquidação de sentença nas obrigações de pagar e o número de dias para impugnação serão, respectivamente:

- (A) cálculos, artigos ou arbitramento; prazo de 10 dias.
- (B) artigos, arbitramento ou cálculos; prazo de 8 dias.
- (C) arbitramento, cálculos ou artigos; prazo de 15 dias.
- (D) arbitragem, cálculos ou artigos; prazo de 5 dias.
- (E) artigos, arbitragem ou cálculos; prazo de 8 dias.



57. Considere a seguinte hipótese: Reclamação trabalhista ajuizada perante o Juiz de Direito, tendo em vista que aquela localidade não estava abrangida por jurisdição de Vara do Trabalho, sendo pelo mesmo processada e julgada. Inconformadas as partes com o teor da sentença, devem interpor recurso
- (A) de apelação para o Tribunal de Justiça do Estado.
  - (B) de apelação para o Tribunal Regional do Trabalho.
  - (C) ordinário para o Tribunal de Justiça do Estado.
  - (D) ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho.
  - (E) especial para o Superior Tribunal de Justiça.
- 
58. Determinado trabalhador ajuizou reclamação trabalhista, mas deixou de comparecer à audiência designada, injustificadamente, tendo o processo sido arquivado. Seu advogado solicitou o desentranhamento dos documentos e, após três meses, ingressou com nova ação. Novamente, deixou o reclamante de comparecer à audiência, sem motivo justificado, tendo o processo sido novamente arquivado. Seu advogado, de igual forma, requereu o desentranhamento dos documentos. Caso queira ajuizar uma nova ação, o trabalhador
- (A) terá que aguardar o prazo de um ano.
  - (B) terá que aguardar o prazo de seis meses.
  - (C) poderá ajuizar a nova ação de imediato, contanto que pague o valor de uma multa que será arbitrada pelo juiz.
  - (D) poderá ajuizar a nova ação de imediato, desde que autorizado pelo juiz.
  - (E) perderá seu direito de ajuizar nova ação, tendo em vista suas faltas injustificadas às audiências, como penalidade por desrespeito ao Poder Judiciário.
- 
59. Tendo em vista a execução trabalhista, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, é INCORRETO afirmar:
- (A) Não há citação para execução, uma vez que a fase executiva pode ser iniciada de ofício pelo juiz.
  - (B) A citação na execução será realizada por mandado, mas, se o executado não for encontrado após duas tentativas, caberá a citação por edital.
  - (C) A citação na execução poderá ser feita pelos oficiais de justiça.
  - (D) A citação na execução será realizada por mandado, determinando o cumprimento da decisão ou do acordo no prazo e com as cominações ali estabelecidas.
  - (E) No mandado de citação na execução, quando se tratar de pagamento em dinheiro, constarão igualmente as contribuições previdenciárias devidas.
- 
60. A empregada "A" ajuizou reclamação trabalhista em Salvador, local em que se mudou após sua dispensa. Entretanto, o local em que prestou serviços foi em São Luís. A empresa, regularmente notificada, não compareceu à audiência, tendo sido decretada sua revelia e confissão quanto à matéria de fato. No tocante à alegação de incompetência em razão do lugar, é correto afirmar que:
- (A) tendo em vista se tratar de matéria de ordem, deverá ser declarada *ex officio* pelo juiz, que se declarará incompetente para conhecer e julgar a reclamação.
  - (B) tendo em vista que a incompetência é relativa, poderá ser alegada em qualquer fase do processo, mesmo após a prolação da sentença, até a interposição de recurso ordinário.
  - (C) tendo em vista que a incompetência é relativa e não alegada no momento oportuno, ou seja, com a defesa, proroga-se a competência do juízo de Salvador, tornando-se competente para conhecer e julgar o feito, havendo preclusão da matéria.
  - (D) a empresa somente poderá alegar a exceção de incompetência em razão do lugar em preliminar de recurso ordinário.
  - (E) deverá a empresa interpor agravo de instrumento para conhecimento imediato da exceção.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO****Atenção:**

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação, na Folha Definitiva, que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação.

**I**

*Venham de onde venham, imigrantes, emigrantes e refugiados, cada vez mais unidos em redes sociais, estão aumentando sua capacidade de incidência política sobre uma reivindicação fundamental: serem tratados como cidadãos, em vez de apenas como mão de obra (barata ou de elite).*

(Adaptado de: <http://observatoriodadiversidade.org.br>)

**II**

*A intensificação dos fluxos migratórios internacionais das últimas décadas provocou o aumento do número de países orientados a regulamentar a imigração. Os argumentos alegados não são novos: o medo de uma “invasão migratória”, os riscos de desemprego para os trabalhadores autóctones, a perda da identidade nacional.*

**III**

*Ainda não existe uma legislação internacional sólida sobre as migrações internacionais. Assim, enquanto que os direitos relativos ao investimento estrangeiro foram se reforçando cada vez mais nas regras estabelecidas para a economia global, pouca atenção vem sendo dada aos direitos dos trabalhadores.*

(II e III adaptados de: <http://www.migrante.org.br>)

Considerando o que se afirma em **I**, **II** e **III**, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se a respeito do seguinte tema:

**Mobilidade humana e cidadania na atualidade**



**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

